

PERCURSO ATRAVÉS DA IMAGEM: HISTÓRIA E MÉTODO EM "IMAGENS DE VILAS E CIDADES DO BRASIL COLONIAL"

MARIA IRENE SZMRECSANYI

Professora dos cursos de graduação e pós-graduação
Departamento de História - FAU.USP

1. Apresentação

Publicado em coleção comemorativa dos 500 anos do Descobrimento, este volume (São Paulo, Edusp - Imprensa Oficial, 2000) constitui catálogo da exposição de desenhos e aquarelas originais recolhidos como pesquisa na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP que Nestor Goulart Reis e seus colaboradores Beatriz P. Siqueira Bueno e Paulo J.V. Bruna, sob patrocínio público e privado, realizaram no Museu de Arte de São Paulo, MASP, ao final de abril de 2000. Na forma de cópias, este acervo foi simultaneamente exposto em no Museu da Casa Brasileira, passando depois a circular por outras cidades do país. Também um album com seleção dessas imagens foi produzido para distribuição a escolas e venda ao público.

Nesta celebração, Nestor retoma e amplia trabalho do início de sua carreira como pesquisador e docente, o *Catálogo da Iconografia de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, editado internamente à FAUSP ainda nos anos 60, quando organizava com o auxílio de Paulo J.V. Bruna, então estudante, a documentação recolhida para sua primeira tese, *Evolução Urbana no Brasil, 1500-1720* (1964, publicada em 1968).

O novo catálogo regala a sensibilidade plástica e a curiosidade histórica. São 329 ilustrações, a maior parte em cores, e quase cem páginas de comentários sobre o valor documental de cada uma. Ele nos leva a cinco regiões do país, resgatando o povoamento de pontos tão distantes como Belem do Pará, o Forte do Príncipe, na atual Rondônia, ou a Vila de São Pedro do Rio Grande (RGS). As formas esquemáticas dos desenhos geralmente técnicos não evitam que a subjetividade do olhar do artista se manifeste, conduzindo racional e emocionalmente às nossas origens socio-culturais na colônia. Imagens às vezes toscas, às vezes requintadas, mas sempre reveladoras de supervisão metropolitana, exumem raízes plantadas no solo urbano e com isto redefinem a visão consagrada de que o meio agrário constituiu o berço da nacionalidade.

Redefinem como? Eis uma pergunta cuja resposta envolve recuperar o início da carreira do autor, arquiteto, historiador e sociólogo, um dos pioneiros do estudo de nossas cidades enquanto espaços política e urbanisticamente planejados, defensor de tese contrária à de Sergio Buarque de Holanda em *O Ladrilhador e o Semeador* (1956). Note-se que esse trabalho, examinado por Holanda entre outros professores, mereceu nota máxima de toda a banca.

2. Tese

Para Nestor, a urbanização no país - entendida como fundação, expansão e afeiçoamento de núcleos e de uma rede urbana - tem identidade própria e explica-se por processos sociais mais profundos, cujo substrato são relações econômicas e políticas próprias à situação de heteronomia colonial e à estrutura social escravista. Essa explicação refere-se, primeiramente, à capacidade diferencial de os núcleos urbanos apropriarem-se dos excedentes do campo pela troca, aproveitando esses estímulos para multiplicar atividades de trabalho no seu interior. Por outro lado ela concerne ao poder detido por esses centros de tomar e efetivar decisões que afetem o território em diferentes escalas, da local à transcontinental.

O ponto decisivo de sua tese é a afirmativa de que desde seus primórdios a urbanização da colônia incorporou o urbanismo quanto a planos de traçado, regulamentos, posturas. Ele evidencia que a forma das cidades obedeceu decisões políticas pautadas por valores técnico-artísticos, além de sabidamente terem sido influenciados por questões topográficas derivadas de critérios econômico-estratégicos. Isto vai se manifestar de modo mais claro na capital, Salvador, e não significa que os diferentes tipos de núcleos urbanos gerados pelo processo deixassem de expressar, o que ocorreu fortemente nas vilas, tradições de organização espacial da cultura popular portuguesa, redefinidas perante as condições ecológicas e de trabalho locais.

De forma igualmente dialética, ele defende que embora a produção se dê nas fazendas, as cidades e vilas, são decisivas na organização social por intermediarem o contacto dos colonos com o mercado e com o Estado, além de patrocinarem, enquanto lugar de encontro, a sociabilidade, a articulação cultural e política de sesmeiros escravistas. Tornam-se, por isto, essenciais para o encaminhamento do processo político-econômico colonial. Seu funcionamento depende, entretanto, inteiramente do escravo, "braços e pernas dos senhores" (Vieira). Nesses núcleos desprovidos de recursos técnicos, o escravo de serviços produz a vida material urbana, da qual dependem a vida administrativa, a ideológica ou a celebrativa.

Complementando o que já expressei uma vez (Szmrecsanyi, 1989), deriva-se daí que, de forma típico-ideal (Weber), o meio rural é o lugar do subjugado, mesmo que os senhores ali residam e ainda que o escravo não esteja ausente do meio urbano. Já as vilas e cidades, à imagem da Metrópole, urbana por excelência, são o lugar comunitário das camadas livres, no exercício de algum comando, lugar dos dominantes que, não obstante, só subsiste pela presença e trabalho da casta subjugada.

3. Origens

Na primeira metade da década de 1960 a arquitetura e o urbanismo brasileiros contavam com alguns poucos estudos, feitos sobretudo sob a égide ou inspiração do IPHAN, como os da Revista do Patrimônio ou os livros de Arinos ou de Vasconcellos. Na historiografia do meio físico urbano, os trabalhos tendiam a ser descritivos, confundindo-se às vezes com o memorialismo, excetuando-se talvez Monbeig e Morse. O pouco interesse

pela generalização, tinha como exceção já tornada clássica, o capítulo de Buarque de Holanda interpretando, por meio da figura do semeador, a herança portuguesa deixada em cidades de linhas compostas ao acaso, sem princípios diretores nem fortes retas, como as traçadas pela rigidez imperial espanhola. As análises objetivas da materialidade urbana no Brasil constituíam-se sobretudo como monografias geográficas (Monbeig, Aroldo Azevedo, colegas e discípulos), muito preocupadas com o crescimento e funções das cidades ou com a constituição da rede urbana, mas pouco com seu desenho ou arquitetura. ,

Nestor cursou ciências sociais quando já era professor assistente na FAUUSP, no seu dizer por influência de Lourival Gomes Machado na época diretor desta escola, além de catedrático de política da Filosofia USP, crítico e promotor das artes plásticas. Sua escolha desse curso não deixou, porém, de estar indiretamente influenciada pelo clima intelectual internacionalmente reinante no pós guerra. No final dos anos 50 e início dos 60 a sociologia gozava de dupla fonte de prestígio. Em termos mundiais, os Estados haviam assumido, desde a reconstrução européia - ou, até antes, já no New Deal de Roosevelt - o caráter de promotores do bem estar social (Welfare State), requisitando o saber sociológico como referencial para escolhas de políticas de atendimento de populações carentes.

Dentre estas políticas, destacou-se desde cedo o planejamento territorial para o soerguimento do Vale do Tennessee, guiado por um conceito de desenvolvimento mais amplo do que o de prosperidade empresarial, de forma a envolver a melhoria das condições de vida dos mais pobres. Chegou-se então a planejar cidades, mas a questão urbana emergiu completamente depois. Ela compreendeu, na Europa, a reconstrução de territórios destruídos pela II Guerra com assentamento das populações desabrigadas e, nos USA, a integração de soldados de retorno à pátria através do financiamento habitacional, o que permitiu a proliferação dos subúrbios (Gottdiener). Nos anos 60 essa política dizia respeito principalmente aos negros, buscando sua participação na sociedade da "afluência", termo em voga (Myrdal; Galbraith) expressando o aumento da renda e do consumo de massa nesse país.

No panorama internacional da Guerra Fria e da independência das últimas colônias européias, a questão da pobreza e atraso das nações da América Latina, África e Ásia vai ser enfrentada internacionalmente por organismos como a ONU, ou seus desdobramentos a UNESCO e a CEPAL, na formulação de diagnósticos de suas causas e de políticas articuladas de promoção do que então se passou a designar por desenvolvimento. Nesse quadro, o exemplo da opção socialista de Cuba veio apresentar-se como modelo alternativo para a América Latina e a reforçar a convicção da indispensabilidade do planejamento econômico e da participação ativa, além de fomentadora, do Estado para vencer a inércia ou acelerar a mudança. Tudo isto vai incentivando o trabalho universitário voltado para o entendimento das condições de progresso econômico e social e para propostas de solução de problemáticas estruturais nos então chamados países do terceiro mundo.

Por outro lado, no Brasil, a sociologia ganhava prestígio pela somatória dessas novas tendências mundiais à mais antiga, do resgate do valor do povo nas contribuições à construção de uma identidade nacional consolidada como política sob Vargas. Este forte compromisso social fora articulado em termos culturais por Mário de Andrade, sobretudo

nos anos 30, na sua proposta para a atuação do SPHAN. Suas contrapartidas historiográfica e antropológica comparecera nas sínteses de interpretação nacional, hoje clássicas, de Caio Prado, Gilberto Freyre e Sergio Buarque, em que os fundamentos econômicos e culturais da formação do país haviam sido procurados. Ambas estas fontes haviam resultado também nos primeiros livros de análise do nosso patrimônio arquitetônico (Arinos, Vasconcellos), valorizadores do período colonial, tratando não só da herança barroca, mas, num sentido amplo, da constituição de nossa *civilização material*, envolvendo a singela produção de mestres empreiteiros especificamente destacada por Lúcio Costa como fonte de ensinamento para a arquitetura moderna a ser feita no país

A constituição em São Paulo de cursos superiores especializados em Ciências Sociais ocorre dentro desse clima. Na USP, professores franceses formam os dois nomes fundadores da chamada da escola Paulista de Sociologia - Florestan Fernandes e Antonio Cândido. Seus trabalhos de pesquisa desde o início na década de 50 resgatam a herança indígena, negra ou caipira e analisam os conflitos envolvidos no processo de dissolução da cultura folclórica ou tradicional sob o impacto das relações de classe próprias à sociedade que se expandia dentro e a partir dos grandes centros urbanos. A tentativa era superar por uma nova síntese, atingindo um estágio mais avançado de entendimento, o conceito de cisão envolvido pela tese do dois Brasis, opostos como polos, um arcaico, fundamentalmente rural, regionalizado no Nordeste, Norte, Centro-oeste, e outro urbano e "moderno", localizado quase que exclusivamente no Sudeste e primordialmente em suas metrópoles, Rio e São Paulo.

Contrariamente, a sócio-antropologia de Gilberto Freyre continuava defendendo como virtude nacional a acomodação harmoniosa entre opostos, tal qual a que teria, segundo ele, ocorrido entre senhores e escravos. Permanecia também sua disposição de caracterizar a materialidade quer rural, quer urbana como *locus* adequadamente preparado por essas relações para conter uma civilização tropical.

Essas preocupações com a polaridade urbano-rural ou tradicional-moderno vão sendo enriquecidas no caso dos professores de São Paulo por aguçado interesse teórico pela mudança e origem dos dinamismos. Elas vão se desdobrar, sob o clima otimista dos anos J.K., ante o impacto do livro de inspiração keynesiana - favorável, portanto à intervenção planejada do Estado sobre a economia - *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, publicado pela primeira vez em 1959 e logo transformado em clássico. De fato, em ambos os casos acaba-se por enfatizar a indústria - produção predominantemente urbana e muito peculiar a São Paulo - como o motor do desenvolvimento. Furtado, assim como Prado, Freyre e Holanda, constitui um dos autores fundamentais para a argumentação de Nestor.

Em Furtado ocorre não apenas a análise dos efeitos multiplicadores - conceito Keynesiano - do café sob a mão de obra livre como formadores do mercado interno, mas também a defesa da do ponto de vista de que a produção industrial voltada para esse mercado, promovida pelo Estado desde Vargas, conseguira estabelecer um alto grau de complementariedade entre setores, permitindo que a economia do país avançasse para a autosustentação e a autonomização face a imposições externas. Ou seja, a tese Cepalina. Ou, em palavras da época, derivadas porém de um outro contexto teórico (neoclássico),

que a nação iniciasse a "decolagem" (tradução de *take off* conceito desenvolvido por Rostow) do processo de desenvolvimento.

Daí a necessidade sentida na década seguinte de se estudar não só o estabelecimento da sociedade de classes, mas as próprias indústrias e áreas urbanas como focos de desenvolvimento. Exemplo disso é a tese de doutoramento de Paul Singer, já professor da FEA, orientada por Florestan, defendida em 1964 e depois editada com o título *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. É do mesmo ano o livro de de Juarez Rubens Brandão Lopes *Sociedade Industrial no Brasil*, seguido da sua tese *A Crise do Brasil Arcaico*.

Este autor, na ocasião professor da FEAUSP e em seguida da FAUUSP, tratava a urbanização em termos da difícil mudança de estrutura envolvida na passagem de uma sociedade patrimonialista para uma nova formação social composta pelas novas classes geradas pela industrialização e pela burocratização das empresas ou do Estado. A cultura a ela inerente estaria pautada pelos valores competitivos e regulada pelas normas e instituições burguesas, aproximando-se cada vez mais do modelo liberal de sociedade "urbano-industrial" à moda europeia e norte-americana. Essa concepção subentendia uma teoria da modernização explicando a face socio-cultural do processo de mudança, refletida não só na redefinição institucional mas também sutil e profunda ao ponto de se manifestar no comportamento reprodutivo das populações urbanizadas, cuja fertilidade já se apresentava em queda.

Singer, no entanto, influenciado por conceitos cepalinos, já então diferenciava esse tipo de mudança do conceito de desenvolvimento nacional, que para ele envolvia uma transformação da estrutura produtiva de modo a internalizar ou tornar nacionais os estímulos dinâmicos do mercado e da acumulação, de forma coordenada pelo Estado.

Nestor, apesar de desenvolvimentista nesta segunda linha, não dialoga com Singer que no início dos anos 60 ainda redigia sua própria tese. Tampouco se integra ao esquema metodológico polarizador que apoia a teoria de progresso unidimensional contida na concepção do desenvolvimento como processo programado para a "chegada" à sociedade urbano-industrial. Sua rejeição desse raciocínio se antecipa a uma postura que se tornou regra na década de 70 quando se "descobre" (ou redescobre, pois isto já estava posto em Caio Prado e em teses dirigidas por Florestan Fernandes) que se deveria analisar o "capitalismo" e não apenas o "urbano-industrial" ou a "industrialização".

Mas Nestor não é levado pela defesa teórica do conceito de capitalismo (ou de modo de produção capitalista) como a totalidade histórico-social a ser considerada por dar o sentido específico de cada elemento das instâncias cultural, política ou econômica. Tampouco o faz por motivos contestatórios ou denunciadores, que vieram a estar presentes no clima politicamente tenso dos anos 70. De fato sua razão vem do método: ele se opõe a uma concepção finalista do progresso e dá valor à idéia de "síntese de contrários" como força modeladora do caráter idiosincrático da sociedade brasileira.

Nisso talvez tenha sido influenciado por Freyre, talvez pela antropofagia do modernismo paulista, e, com certeza, pela apologia do método dialético feita por Fernando Henrique na introdução de sua tese sobre a escravidão no sul do país, defendida nesses mesmos anos. E, também, informado pela leitura de Raimundo Faoro em *Os Donos do Poder*, publicado pela primeira vez no final da década de 50, texto em que é retratada a permanente reprodução do patrimonialismo formador do Estado luso-brasileiro em diferentes formas de relações de dominação-subordinação e sob a várias ondas de modernização patrocinadas pelas camadas dominantes do país.

Nestor tateia na obscuridade, entre a historiografia estrutural, prestigiada nesse período pelo exemplo da *École des Annales* além de envolvida pelo próprio conceito de *evolução urbana*, e a análise da materialidade urbana que o interessava enquanto campo de intervenção arquitetônica. Intuitivamente busca visualizar os núcleos coloniais, comparar suas formas, compara-los entre si, com antecedentes, com contemporâneos contendo lógica e plano. Sente necessidade de documentar, em conformidade com as recomendações de Lúcio Costa, feitas ainda nos anos 30, e de acordo com os procedimentos do SPHAN. Mas trata-se de levantamento amarrado ao objetivo de entender razões e causas, definindo-se como uma etapa básica de seu método de trabalho, no qual a imagem veio a ter um papel decisivo e cuja leitura orientou-se para a descoberta dos projetos - técnico, ideológico e político-estratégico - daqueles que geraram seus programas, partido e desenho.

4. Objeto

Ele visita e fotografa desde estudante. O litoral norte do estado, o cinturão capira de São Paulo, os remanescimentos das várias fases desta cidade em mutação. O Rio de Janeiro e também Salvador, ainda pouco alterada, mais o Recôncavo e o Nordeste. Interessa-se por núcleos de vários tamanhos, por suas interligações constituindo redes, pelo meio rural. Passa a colecionar sistematicamente reproduções de imagens antigas das vilas e cidades brasileiras: panoramas, vistas, plantas, mapas regionais. Sem esquecer de documentar fachadas e interiores dos edifícios, principalmente na sua relação com a rua, com a quadra, com o lote. Edifícios públicos e privados; os ricos e também os médios e os pobres. A casa grande e o casebre. Os conjuntos compondo ruas ou praças. As sedes de fazendas menores, paulistas, fluminenses, mineiras, bahianas. Enfim, o rural e o urbano, os espaços, as linguagens e os traçados.

Não se trata de escolher pelas feições. Como ensina Zevi, arquitetura é mais do que estilo. Pode ser mais, também, que expressão de racionalidade ou sensibilidade. Para Nestor, nesse momento, a seleção é antropológica e não propriamente técnica ou artística. Seu conceito de arquitetura sustenta-se sobre o vernacular: é o de produto social realizado pelo trabalho o mais das vezes sem assinatura mas com qualidades plásticas e construtivas, emergente da bagagem cultural de uma sociedade. O meio construído é um depósito histórico de relações sociais interpretado por muitos "artistas".

Essa visão lhe permitir captar o urbano como totalidade, e não como conjunto de obras eruditas. A obra arquitetônica construída resulta, assim, de possibilidades e

necessidades sociais que são resolvidas por um interprete - técnico diplomado ou artífice prático - que as atende com sua capacidade, pessoal ainda que socialmente transmitida, de resolver o ajustamento entre técnica, uso e sentido ao delinear o espaço. Poder-se-ia concluir que para Nestor o valor da arquitetura e o urbanismo só pode ser estabelecido pelo pensamento crítico, cientificamente e esteticamente sustentado. Para ser "arte", ter força que sensibiliza, o projeto precisaria ter conjugando o pensamento técnico e estético no trabalho, resolvendo problemas universais de organização edificada do espaço de forma a expressar cânones de determinada cultura. Com isto, de novo Lúcio Costa se faz presente: a expressão "local" fica passível de ser preservada sob a integração internacional pretendida pelos áulicos do Movimento Moderno no Brasil.

Desta forma, as lições nacionalistas das tradições do IPHAN, embebidas do senso popular de Mario de Andrade e de Lúcio Costa, somadas ao curso de ciências sociais estão inseridas em seu objeto. Como mais tarde explicitou o autor (Reis, 1994, p.42): *"A partir do grupo do Rio de Janeiro, é possível reconhecer uma linha de influência que poderíamos chamar de "Tradição do Patrimônio". (...) De certa forma fundiam-se aí duas tendências, de um lado uma busca nacionalista, de afirmação das raízes culturais do País. Do outro, uma tendência de fundo esquerdista de acreditar que a cultura popular, devidamente decantada, criaria soluções plásticas de grande valor, que deveriam ser os pressupostas da arquitetura modernista. Por volta de 1952 e 1953 essa linha de pensamento foi reforçada em nossa faculdade por um contato mais estreito com o professor Alcides da Rocha Miranda, pertencente aos quadros do SPHAN, vindo especialmente do Rio de Janeiro para lecionar na FAU, ampliando a influência do arquiteto Luis Saia, diretor do SPHAN em São Paulo, que despertou em numerosos estudantes interesse pelos aspectos sociais da Arquitetura e do Urbanismo e por seu estudo na História. Saia, como colaborador direto de Mário de Andrade, trazia uma bagagem metodológica que se aproximava da Etnografia e da Arqueologia e como consequência, de uma visão antropológica da Arquitetura."*

Não obstante, Nestor reorienta o estudo do passado como referência básica para o entendimento das raízes do movimento moderno no país. Ele mantém a historiografia como suatentáculo da escolha de princípios da organização desejável dos espaços a serem construídos. Mas, diferentemente dos autores e técnicos da primeira fase do SPHAN, valorizadores dos produtos apenas dos tres séculos do período colonial, Nestor em *Quadro da Arquitetura* e em escritos posteriores, como *São Paulo e Outras Cidades*, interessa-se também pelas ocorrências arquitetônicas e urbanísticas do XIX assim como dos primórdios de XX.

Esses últimos períodos não serão desprezados em razão de suas "incoerências" manifestas em pouca originalidade ou rebuscamento estilístico, mesmo porque não serão considerados do ponto de vista da linguagem. Pelo contrário, Nestor procura sob os exemplares do neoclássico ou do eclético a importação e a adaptação local de novas tecnologias, de novos conceitos de estruturas construtivas e de espaços criados, relacionando-os ao racionalismo do XIX europeu, considerado fonte do movimento moderno em termos internacionais. A arquitetura desse período, bem como intervenções urbanísticas no Rio ou em São Paulo no início do século XX, serão estudadas como

gestadoras de capacitação técnica nova, requerendo e conotando novas maneiras de conceber e articular de espaços.

Assim o XIX é legitimado como canteiro de germinação do moderno, suas edificações sobrepondo-se nesse papel àquelas de singeleza rústica remanescentes de séculos anteriores, já que estas haviam sido construídas com materiais, mão de obra e conceitos superados enquanto as primeiras permitiam inovações. Evidências exemplares nesse sentido são a exposição e catálogo sobre Victor Dubugras que Nestor organizou para a Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo em 1997.

5. Agentes

Assim, os núcleos urbanos são obra de muitos agentes. Para a análise, seus produtores devem ser agrupados em tipos coletivos. Quem são esses tipos? Como sociólogo Nestor sabe que o conceito de classes tem restrições históricas, podendo ser aplicadas à Colônia apenas num sentido muito geral, de exploradores e explorados, que não permite especificar aspectos do modo de exploração, do sentido do trabalho, ou dos fundamentos ideológicos da dominação. Ele o emprega dentro desses limites para caracterizar as grandes categorias opostas da sociedade colonial, mas procura distinguir o homem livre urbano em categorias profissionais.

A presença do escravo garante a construção e a reprodução cotidiana das cidades e vilas coloniais, erigindo-a, dando-lhe de comer, de beber, transportando-a, evacuando seus detritos. Ele é um personagem indispensável à história da materialidade urbana, dando forma aos núcleos e aos caminhos que os conectam, sustentando seu funcionamento no espaço público e nos edifícios. Mas ele não decide o que será construído, nem o que a cidade oferece em termos de serviços ou bens no sistema de trocas com o meio exterior. Seu papel difere, portanto, enquanto produtor, daquele de seus senhores. Nestor vai analisar esse papel em artigos pela imprensa, publicados simultaneamente à redação de sua tese, que mais tarde foram reunidos em *Quadro da Arquitetura no Brasil*.

Já os senhores, grandes e menores, interessam enquanto formação dos quadros dirigentes locais e de quadros profissionais propriamente urbanos, tendo em vista obter alguma perspectiva do dinamismo que pudessem imprimir à urbanização. Enquanto produtores de serviços, são comerciantes ou religiosos; enquanto produtores de bens são artesãos. Todos eles interessam também como integrantes do Estado - os homens bons das Câmaras municipais - capacitados a definir regras relativas ao território e a área urbana.

Como entender o personagem Estado nessa sociedade de senhores e escravos submetidos todos a uma metrópole forânea? Quem são os donos do poder numa colônia? As figuras do rei e da aristocracia de Lisboa ou seus representantes militares e burocráticos na Colônia? Os fazendeiros, sesmeiros ou donos de engenho? Diferem nas diferentes capitâncias? O escravocata-preador de São Paulo seiscentista ou o faiscador de ouro nas gerais setecentista teriam o mesmo mando que o senhor de engenho nordestino? E os comerciantes do tráfico negreiros luso-brasileiros? Ou os flamengos no ultramar, ou durante Nassau?

Nestor percebe que há que distinguir seu poder por época e por região. Na Bahia, ou mesmo no Rio dos Correia de Sá, os grandes são os traficantes de escravos, mais do que os afazendados, mesmo que entre estes, assim como entre os mineradores, o número de escravos conte como distinção de poder. Em São Paulo são os armadores de bandeiras e monções, seus financiadores e maiores beneficiários, mais ainda do que os mero chefes militares da expedição preadora ou comercial. E em todos os casos, os personagens que comandam as empresas e empreitadas econômicas estão nas cidades e mesmo em vilas como São Paulo, e sob esse ângulo podem ser tratados de modo generalizante.

6. Periodização

Nestor vai captar a diferença em traços maiúsculos no tempo e no espaço, baseando-se em evidências até então percebidas mas pouco exploradas. Como está preocupado em entender a evolução, trabalha com grandes recortes temporais. Com isto pode apoiar-se, de um lado, na mudança secular de teor na gestão metropolitana e, de outro lado, na distinção cidade-vila. Ele estende seu estudo da urbanização colonial pelos dois primeiros séculos. Seu período começa em 1500, muito embora não se fundem núcleos por mais de 30 anos, intervalo em que a urbanização europeia já se beneficia do pau-brasil e a rede urbana intercontinental já se esboça no processo de a metrópole contactar territórios e populações tribais. E termina a análise em 1720, tomando como ponto final a revolta tipicamente urbana que leva à morte Felipe dos Santos na principal vila das Minas Gerais.

É na cidade que as regras urbanísticas da metrópole se fazem sentir de início. O núcleo original de Salvador é projetado por um engenheiro militar segundo recomendações emanadas da Coroa e sua maquete é a ela submetida. Entretanto, na maior parte da *Terra Brasilis*, a Metrópole é um poder distante e esporádico que não se dispõe a regular vilas e aldeamentos. A autoridade da Metrópole se preserva porque está encarnada nos próprios portugueses *nos* Brasilis ou seus descendentes, portugueses *dos* Brasilis, organizando-se a gestão dos núcleos urbanos por meio das Câmaras Municipais intermediárias entre um governador geral ou um capitão mor distantes e a vida cotidiana dos colonos.

Mas a história é mudança e os personagens se transformam. A urbanização se expande na Colônia sob a economia da mineração, que multiplica o número de homens livres. A centralização administrativa da Restauração (1640) provoca a mudança ideológica desses protagonistas, levando-os paulatinamente da situação de *portugueses no* ou *do Brasil* a *agentes com interesses em comum distintos dos da Metrópole*. Correspondendo a maior controle para garantir os termos da expropriação metropolitana, a centralização manifesta-se, dentre outras formas, na multiplicação de posturas urbanas e urbanísticas. A perda de autonomia das Câmaras Municipais acaba trabalhando contra o poder expropriador metropolitano. As camadas de homens livres ressentem-se do aumento do domínio político e econômico e a revolta se organiza na cidade. Está, assim, alterado o sentido da urbanização na Colônia.

Esta diferença é considerada significativa o bastante para que Nestor estude apenas uma parte do período colonial. No ciclo do ouro, sob os influxos formadores de uma

civilização urbana, os mineradores que vão deixando de se perceber como portugueses. Ali, no quadro barroco valorizado pelo SPHAN, estariam brotando raízes nacionais. O nacionalismo da intelectualidade moderna, explicitado nos anos 20 e oficialmente incentivado pelo MEC depois de 1930, perdurava nos anos 60, impregnando a visão histórica do arquiteto-sociólogo.

7. Objetivos: ciência e valores

Como todo historiador, Nestor quer conhecer o passado a partir dos problemas do presente. Como todo arquiteto, quer projetar, moldando o futuro. Nesse sentido amplo, os objetivos de seus trabalhos são ajudar a construir a cidade de sua época, entendendo sua origem e sua lógica como condição de bem construir seu futuro. Não é ocioso lembrar que entre 1962 e 1964, quando ele escreve sua tese, a construção de Brasília resplandecia como a grande alvorada nacional.

Pensa também em termos propiciadores do planejamento territorial e urbano, cuja defesa se implantara nos USA pela American Association of Planning anteriormente a Roosevelt, e cujo passado europeu, ainda mais antigo, frutificava de forma evidente após a Segunda Guerra nos países do ocidente. É sua a iniciativa de colocar essas experiências em discussão ainda no início da década de 60, Departamento de História da FAUUSP, isto é num momento em que o país contava com muito poucas experiências de planejamento regional e urbano, tais como as da SAGMAGS, na região metropolitana de São Paulo, ou a da CESP quanto ao Vale do Paranapanema.

Não obstante, os objetivos declarados do autor são mais restritos, resolvendo-se no plano puramente acadêmico da busca do conhecimento objetivo. Trata-se, primeiro, de caracterizar as especificidades do processo de urbanização no Brasil por meio do entendimento de suas origens. Em segundo lugar, trata-se de demonstrar a validade de uma hipótese, a da presença do plano, ou seja, do desenho-desígnio (Artigas), na urbanização colonial. Essas finalidades, porém, não deixam de se integrar à tarefa de definir a identidade nacional e de valorizá-la ante eventuais sentimentos de inferioridade de ex-colonizados subdesenvolvidos.

Integram-se, assim, ou por esta via, a um modo de conceber a historiografia moldado por grandes problemas e por uma visão estrutural das transformações sociais, nas quais se incluem os grandes projetos de um Estado operante e regulador. Requerem, portanto, grandes teorias.

8. Teoria

São os objetivos específicos da tese defendida que orientam o exame da documentação recolhida em busca de provas. Esse exame é relativamente fácil quando se trata de evidenciar ou caracterizar o plano. Mas buscar a lógica dessa materialidade, explicar porque o plano existe, entender porque se escolheu determinada configuração, perceber razões da formação e transformação dessas cidades e vilas primeiras, de modo a

obter um conhecimento científico dessa realidade é um propósito ambicioso, que exige teorias adequadas no sentido de iluminarem a documentação no apoio à construção de uma interpretação sustentável academicamente.

O desafio não era pequeno. A documentação iconográfica recolhida foi complementada com a leitura de Atas das Camaras. Mas as teorias disponíveis pouco ajudavam. Eram pouco significativas para a situação nacional, ideologicamente viesadas, lacunosas. A sociologia americana era a única que tentara, com ecologia urbana de Chicago, alguma generalização reunindo a forma e da cultura urbana. Analisando esta cidade no início do século XX, os cientistas ali reunidos elaboraram o modelo urbano de círculos concêntricos (Burgess) ao redor do centro de negócios, cada um delimitando áreas com especialização funcional e ocupacional, algumas gerando guetos ou áreas culturais, modelo cujo caráter estático seria dinamizado pelos conceitos como sucessão, expulsão e segregação de etnias e atividades (Szmrecsanyi, 1983).

Essa concepção já foi atacada por repousar no pensamento biológico de seleção natural e evolução das espécies, sendo, portanto, pouco crítica acerca da transposição de modelos epistemológicos das ciências naturais para as análises de situações humanas. Não obstante, sabe-se que Darwin concebeu sua teoria inspirado pela situação social britânica do início do século XIX, em que o mercado conduzia à destruição dos mais fracos pelos mais fortes. Isto significa que a teoria da Escola de Chicago naturalizou as relações de mercado que regiam a configuração e a transformação dos espaços dessa cidade. Evidentemente Nestor não poderia aplicá-la a uma ordem jurídica e econômica em que a terra ainda não se constituía em mercadoria, como era o caso do Brasil colônia..

Na verdade Nestor a rejeita Burgess em favor de outra concepção de origem igualmente forânea mas talvez de anacronismo menor. Ele escolhe trabalhar com as generalizações de Weber feitas a partir da cidade na Europa Ocidental renascentista, passando a entender a cidade como o fenômeno que, apoiado na concentração demográfica e na presença de um mercado de trocas com o campo, é definido fundamentalmente pela constituição de relações políticas. Isto porque o conceito típico-ideal Weberiano de cidade é o de que sua natureza estaria determinada pela constituição de uma comunidade de moradores-cidadãos, cientes e defensores de suas conquistas em termos de direito de autocomando.

A riqueza do conceito de Weber está, a meu ver, em que ele implica no conceito de cidadania como requisito indispensável para o entendimento das cidade-Estado, do Estado nacional e da democracia européia, cuja culminância empírica se encontraria segundo esse autor na Europa Ocidental Central, não mediterrânea. Esse exemplo é incontestado em Flandres, onde as revoltas burguesas deram origem nos séculos XVI e XVII aos atuais Estados nacionais dessa área. Ocorre, porém, que a formação do Estado Nacional é ainda mais precoce na Península Ibérica, constituindo a própria condição primordial para a colonização das Américas. Portanto, desde o século XVI o conceito de cidade a ser trabalhado envolvendo Metrôpole e Colonia implicaria no estudo da distinção entre o colono e o homem metropolitano.

Os frutos de tal concepção para a discussão do papel da cidade na formação da cidadania brasileira ficam implícitos no corte temporal final da tese de Nestor, pois a revolução de Felipe dos Santos, posta como ponto de inflexão da passagem da condição de português no Brasil para a de um personagem que dele se diferencia e vai se tornando num seu oponente, envolve exatamente o brotar dessa solidariedade social na busca do reconhecimento de direitos básicos comuns, implícita na cidadania. Infelizmente o veio não é explorado no restante da obra de Nestor, mesmo que em preocupações posteriores ele viesse a trabalhar com aspectos urbanísticos administrativos serem incorporados à legislação do país. (Goulart Reis, 1989).

Não obstante este óbice, as renovações teóricas das décadas seguintes, desde Manuel Castels a Milton Santos, mostraram, internacional e nacionalmente, o acerto das críticas a Chicago e da busca de esquemas explicativos que incidissem sobre a força das relações sociais na organização dada ao espaço por seus produtores. Mostraram ainda que também o âmbito espacial escolhido por Nestor para a análise, do qual as teorias deveriam dar conta, era fundamentalmente adequado ao tema da evolução urbana, pois a totalidade a ser considerada não poderia ser apenas definida na escala dos núcleos, fossem cidades ou vilas, mas sobretudo na escala intercontinental, como hoje, sob a globalização.

As relações metrópole-colônia, nas incidências iniciais do capitalismo, talvez pudessem ser caracterizadas e analisadas como formadoras desse "sistema", renunciando seu âmbito mundial. Mas Nestor é prudente a esse respeito. A generalidade do conceito e os desdobramentos históricos do capitalismo parecem ter afugentado seu interesse por essa teoria. Mesmo porque as generalizações derivadas da análise marxiana das ocorrências europeias do século XIX não poderiam ser anacronicamente transpostas para séculos anteriores.

Curiosamente, porém, o Brasil, cuja capacidade estrutural de sintetizar opostos lhe era não só familiar como analiticamente atraente, incluiu no seu passado colonial o domínio pelo capital de Flandres da produção escravista açucareira, como já havia defendido Furtado. Assim, talvez Nestor devesse considerar que ali se inaugurou uma das mais precoces formas abortadas do modo de produção capitalista. Mas é bom lembrar que anos depois, Fernando Novais, o grande analista do sistema colonial, publica tese que preteriu esse sentido aproximando-se mais, na teoria marxista, conceitos de exploração pelo saque, como "acumulação primitiva", mais pertinentes à dominação estatal mercantilista com o "exclusivo metropolitano", "monopólio de comércio" e "sistema colonial" do que os centrados na produção e exploração do trabalho subsumido ou diretamente submetido ao poder econômico empresários. Cabe também lembrar que a dimensão do poder, obscurecida de início na análise de Marx quando este pressupõe a competição empresarial pelos mercados, vai ser reincorporada ao seu esquema teórico quando este capta no movimento dialético de expansão do capital, tendências lógicas à reposição do monopólio, o que correspondeu ao processo histórico desde pelo menos 1870 e se acentuou brutalmente nas décadas finais do século XX envolvendo disfarçada ou abetamente o patrocínio do Estado Nacional mais poderoso do momento em termos mundiais.

Há, no entanto, no trabalho de Nestor a insinuação de uma teoria de fundo político-econômico com afinidades com o evolucionismo marxista e bases arqueológicas na medida em que o conceito amplo de urbanização por ele abraçado é o de um processo de divisão do trabalho que se evidencia quando uma pequena parcela da população de comunidades agrícolas deixa definitivamente o trabalho rural. O argumento é que esse grupo conseqüente impor-se militar e ideologicamente aos demais, e ser mantido por eles dedicando-se a defesa da estocagem de alimentos, ao controle da água para irrigação, ou ao saque de populações estrangeiras. Assim, guerreiros e sacerdotes teriam sido os primeiros urbanitas e urbanistas. A inspiração vem aí de Child ou de Korn, vai mais tarde ter o respaldo de Lampard, autor preocupado em explicar a origem do processo de urbanização da humanidade e a caracteriza como possibilitada pela conjugação de variáveis demográficas (crescimento e densidade populacional), tecnológicas (agricultura irrigada) e de organização social (formação de uma camada dominante de guerreiros e sacerdotes controladores dos celeiros, da guerra e da representação escrita).

Aplicadas à situação colonial, essas idéias são fundidas à de que Brasil constitui-se como retaguarda rural da prosperidade européia, como estava implícito nos conceitos liberais da doutrina da divisão internacional do trabalho pregada pelos britânicos desde o século XIX e, depois, na teoria Cepalina da necessidade da industrialização (urbanizadora) para o desenvolvimento autonomizante das nações subordinadas ao imperialismo. As complementações de Nestor são de que a economia da Colônia provoca maior processo de urbanização na Europa, e, não obstante, a rede urbana aqui também se estende, ajudando a entrelaçar os dois continentes como as naus de mercadorias, ficando seu dinamismo amarrado ao mercado europeu e ao grau de distanciamento de um Estado expropriativo. A cidade da Colônia é parte desse processo, recebendo alguns estímulos menores por seu papel funcional-representacional (comercial, militar e administrativo) para a Metrópole.

Quanto à interpretação do caráter dos agentes, uma teoria da estratificação social fundamentada exclusivamente nas relações trabalho permitiria apenas contrastar escravos e senhores. Nestor precisa entender o que diferencia os homens livres entre si. Seus agentes são ao mesmo tempo mais palpáveis e mais abstratos do que as classes, estamentos ou castas. Nestor é, nesse momento mais do que nunca um misto de historiador, sociólogo, político. Ele não se arisca nos perigos da anacronia, sabendo que os conceitos sociais têm limites contextuais históricos de aplicação. As categorias concebidas para períodos mais recentes - como o conceito classe social, moldado sobre a matéria prima da sociedade européia do século XIX - não dariam conta da realidade social colonial.

Assim passa a descrever categorias quase ocupacionais - como os artesãos. Parece querer analisa-los para entender na sua capacidade produtiva mas também organizatória, como pedia a teoria de Weber sobre a comunidade urbana medievo-renascentista. Na verdade, está expressa nessa postura uma interrogação sobre como na população urbana em formação está o embrião da cidadania. Ele quer saber quem são aqueles que teoricamente poderiam vir a constituir uma nação, ou seja, o futuro que transforma a Colônia em país, o que necessariamente exclui o escravo sem direitos mínimos. Procura esse fundamento da nacionalidade nas profissões de homens livres e não na etnia (o mulato ou o mameluco, por exemplo), fundamentando a revolta colonial no sentimento de exploração econômica e

perda de direitos civis anteriormente gozados. Não se preocupa, no entanto, em avançar numa teoria do individualismo liberal e suas possibilidades e limitações sob uma ordem patrimonialista. Por outro lado Foucault ainda não estava presente para lhe oferecer a genealogia do poder.

Também a explicação das formas fica desamparada do apoio teórico de outros autores. Mesmo a geografia, hoje tão avançada na articulação do econômico e do político na construção de proposições teóricas sobre o espaço, na ocasião era incapaz de responder tais necessidades. A interpretação de Nestor ocorre como *insights* obtidos sobretudo a partir da consideração constante do trabalho escravo e da subordinação-autonomização dos homens livres, quer analisando tecnologia construtiva, quer fazendo a leitura dos espaços em termos simbólicos.

9. Diálogo com a Esfinge

A leitura das imagens arquitetônicas e urbanas feita por Nestor se encaminha para a identificação dos projetos que as orientaram enquanto construções concretas do espaço humano. Não posso aqui discutir se seu procedimento se aproxima ou não da semiótica ou da iconologia (Porphyrios), mas trata-se de uma tentativa de hermenêutica das formas. Esse deciframento de sentidos busca tanto conteúdos racionais como emocionais. Se houver semelhança de métodos parece ter sido inconsciente pois na época a semiologia era pouco trabalhada no país e Nestor sempre preferiu tratar a história da arquitetura em termos de história da cultura e não exclusivamente como história da arte.

Nessa busca do projeto que orientou a obra, esta ou seus remanescentes são tratados como documentos em si das intenções que conduziram à sua elaboração, fazendo-se a leitura dos edifícios ou dos espaços construídos. Já suas imagens são tratadas como documentando um documento. Em ambos os casos o autor sente-se capaz de identificar nas formas idéias geradoras, princípios normativos e desejos de identidade ou representação contidos no projeto expresso na organização do espaço. Parece-me que seu interesse maior está em desvendar usos, estratégias ou resoluções técnicas e menos em perceber concepções plásticas ou conotações simbólicas. Nos dois livros aqui analisados mostra a necessidade de identificar tipos empíricos de organização espaço significativos quer por serem frequentes, quer por indicarem alguma forma de transformação nas relações sociais.

Reune esses tipos num trabalho classificatório, em que a descrição entra como etapa de reconhecimento, agrupamento e diferenciação, chegando a categorias a serem explicadas como resultado de relações sociais organizatórias do espaço, histórica e dialeticamente configuradas. E vai além quando busca seu programa de atividades e considera o ajustamento da solução formal aos usos envolvidos, à capacitação profissional requerida e às relações de produção envolvidas.

Com relação à leitura dos significados dos edifícios, Nestor mostra que estilos ou detalhes decorativos são reveladores não só de épocas e gostos, mas de sentidos de integração ou repúdio à sociedade local ou às metrópoles imperiais. As formas

arquitetônicas representativas de instituições como o Estado, da Igreja, da família patriarcal são reconhecidas por ele como segregando poder e autoridade, mas não as trata exclusivamente como expressões ideológicas, procurando entendê-las primeiramente como manifestações da escravidão, fundamental porque concerne à produção da vida pelo trabalho.

Quanto ao urbanismo, vão ser considerados os traçados de vias públicas, sua largura, a formação de espaços públicos e sua destinação, as dimensões dos lotes, as testadas e o fundos, a forma de implantação dos prédios nas áreas decorrentes, a relação dos espaços edílios com a rua, a verticalidade ou horizontalidade das massas construídas, buscando entender se foram ou não regulamentadas ou se seguiram alguma orientação técnica. Também aspectos de regulamentação legal e de gestão, como o cuidado com a limpeza de vias e sua manutenção para o tráfego, serão outros aspectos captados das posturas municipais .

Assim, em ambos os casos, o projeto enquanto desígnio não pode ser encarado como antecessor da obra, uma idéia pura. Ele só se revela enquanto possibilidade efetiva de ser obra construída. Nesse sentido, seu encaminhamento é para o materialismo e não para o idealismo epistemológico.

Por outro lado, a análise é subjacentemente comparativa pois seleciona parâmetros do presente para diferenciar momentos significativos do passado. A racionalidade do projeto arquitetônico é captada analisando-o segundo normas emanadas do movimento moderno. O que é observado diz respeito a independência ou não entre estrutura e vedação, à possibilidade de vãos livres, aos cuidados com a isolação, a ventilação, os conceitos de usos, a segmentação ou integração de espaços internos, a comunicação com o exterior, com os espaços públicos, etc. No estudo do urbano também se pode inferir que a preocupação que se dirige ao plano e às regularidades do desenho ou às normas e regulamentações de fato busca as condições precursoras do planejamento das cidades, tal como era a política européia do momento histórico em que escreve e do qual pretende ser um arauto por meio da Universidade.

Este, de fato, constituía no início dos anos 60 o enfoque consagrado pela historiografia da arquitetura e do urbanismo internacional, muito impregnada, desde Gideon a Benévolo, desse sentido teleológico. Ou seja, aparece em Nestor uma perspectiva semelhante: a visão do presente não só iluminando só o estudo do passado, mas conduzindo a determinadas conclusões. Não obstante, ela se distingue desse modelo na medida em que é "temperada" por sua opção materialista e por seu compromisso com o nacional.

10. Nacionalismo, Desenvolvimentismo e Historiografia

Na obra de Nestor a "revisão" de procedimentos da historiografia da arquitetura e do urbanismo recebidos de mestres europeus ou norteamericanos introdutores desses temas decorre de seu compromisso valorativo com o reconhecimento da nação, pois acontece quando procura a diferença específica local. Esta é evidenciada através do olhar

epistemologicamente materialista lançado às técnicas construtivas e às formas de trabalho empregadas na Colônia, no Império, na República e seu amarramento aos mais reconditos valores abraçados pelos protagonistas da história estudada. A atenção dada à rusticidade da produção com a mão de obra escrava ou às deficiências da produção em série pela falta de investimentos e o despreparo da força de trabalho livre acabam por conduzi-lo à análise da organização territorial dentro de um quadro interpretativo político-econômico que, em última análise, constitui também um estudo das condições do desenvolvimento .

Da mesma forma que seu conceito antropológico de arquitetura, a relação entre o exame da iconografia e critérios de projeto foi inspirada pelo trabalho do SPHAN, sendo captada dos procedimentos de análise para restauração aplicados pelo Serviço do Patrimônio em âmbito federal ou estadual. Essa influência fica explícita em texto do próprio autor:

"Um outro critério de atuação do SPHAN de grande importância foi o de fundamentar toda a ação de preservação e restauração em atividades de pesquisa. Tomando a pesquisa como critério básico da relação entre teoria e prática, os arquitetos de SPHAN realizavam o que , naquele momento, ainda não existia nos cursos de Arquitetura... Uma grande parte da produção intelectual desse grupo tomava como ponto de partida questões que emanavam da prática local, deixando de ser mero reflexo retardado ds preocupações de profissionais de outros continentes. Sendo um núcleo importante de arquitetos modernistas, o SPHAN acabou por influenciar teoricamente o movimento no Brasil e conferiu-lhe peculiaridades que o distinguem entre os demais países." (Goulart Reis, 1994, p.42).

Confirma-se, assim, a presença do Serviço do Patrimônio criado por Capanema e pelo grupo de intelectuais que reuniu se fez sentir não só nas origens das edificações modernas no Brasil mas também na historiografia acerca da arquitetura e da cidades construídas (Bruand, Segawa). O projeto nacional contido na atuação cultural do Ministério (Fonseca), constituindo uma das faces do modelo nacional-desenvolvimentista implantado por Vargas, perdurava quase incontestemente nas décadas de 50 e 60.

O sentido de resgate da cultura popular do país em suas manifestações regionais, numa leitura que a conduzisse não só ao reconhecimento de seu valor enquanto tradição e arte mas também à sua inserção inspiradora da forma brasileira de participação na modernização tecnológica do capitalismo internacional por meio do conhecimento erudito mobilizava uma parcela crescente da universidade brasileira. Entre essa *intelligentzia* perdurava o compromisso de pensar e propor políticas inclusivas e setoriais para a nação, que foi abafado depois pela ditadura militar.

Por outro lado, o industrialismo das políticas econômicas, fortemente comprometido com a sociedade urbana, promovia as metrópoles do suldeste - Rio e São Paulo - no sentido de fulcro dinâmico da modernização tecnológica e de costumes, onde ocorriam as melhores oportunidades de ganhos para toda as classes. Também fazia delas polos de organização de trabalhadoras, possibilitando sua crescente participação política na forma populista, essa parcela da massa urbana passando cada vez mais a contar nos

confrontos de poder entre as elites. Assim, oposição à pobreza e a conquista de melhores padrões de vida e consumo vão se instalando no programa de alguns partidos e orientando a reflexão de vanguardas intelectuais.

11. Balanço final

Dentro desse quadro, a historiografia de Nestor se coloca para o analista de hoje com os méritos e problemas de uma historiografia nacionalista e pioneira. Teoricamente, nem sempre as opções feitas resolveram as questões levantadas. Metodologicamente, há lacunas mediativas que impedem a integração da explicação. Ideologicamente, a formação da nação é vista de cima, onde e quando as camadas proprietárias defendem vantagens.

Mais do que isto, hoje ela parece ter repousado num pressuposto discutível. Ela parece ter sido confiante demais no progresso social teoricamente vinculado à industrialização e à urbanização, o que se mostrou nos anos subsequentes fundamenta-se em ilusões sobre o grau de autonomia do país, sobre o automatismo de comunicação entre as esferas econômica e social nos processos de desenvolvimento e sobre a fatalidade de um grande destino para a nação e seus arquitetos.

Não obstante tudo isto, a historiografia de Nestor teve o arrojo de se tentar estrutural, materialista e teórica. Teve a iniciativa de afirmar um conceito amplo de arquitetura e o valor dos espaços construídos e suas imagens como documentos. Teve a erudição do apoio de uma vasta bibliografia. Teve o empenho em fazer ciência. E teve o compromisso com a realidade nacional, que hoje, sob a chamada globalização, mais do que nunca deve ser respeitado.

12. BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Aroldo - *A Cidade de São Paulo*. São Paulo, AGB, 1958.
- BASTIDE, Roger - *Relações sociais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo , Anhembi, 1955.
- BRUAND, Yves - *Arquitetura contemporânea no Brasil* . São Paulo, Editora Perspectiva, 1981.
- BURGESS, E. - *Urban community : selected papers from the proceedings of the American sociological society*. Chicago University Press, 1926.
- CARDOSO, Fernando H. - *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio , Paz e Terra, 1977, 2 ed
- CHILD, Gordon - *Evolução social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- COSTA, Lúcio - *Documentação necessária* . Porto Alegre : C a, 1962.
- FAORO, R. - *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1958
- FERNANDES, Florestan - *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus, 1965
- FIRTH, Raymond - *Elements of social organization*. London, Watts 1951.
- FONSECA, Maria Cecília Londres da - *O Patrimônio em Processo*. Rio, Editora UFRJ - Minc IPHAN, 1997.
- FREYRE, Gilberto - *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.
- FURTADO, Celso - *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura 1959
- GALBRAITH, John Kenneth - *The affluent society* . New York, New American Library, 1958.
- GEDDES, Patrick - *Cidades em Evolução*. Campinas, Papirus, 1994.
- GOTTDIENER , Mark - *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo, Edusp, 1994 .
- HIORNS, Frederick - *Town Building in History*. Londres, Hanap, 1956.

HOLANDA, Sergio B. de - *Raizes do Brasil cap. O ladrilhador e o sementeiro*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1956.

KORN, Arthur - *A História constroi a cidade*. São Paulo, : Fau, 1968.

LAMPARD, Eric E - *Aspectos históricos da urbanização* . São Paulo, Fau, 1971.

LE CORBUSIER - *A Carta de Atenas*. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1989.

LOPES, Juarez R.B. - *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel , 1964.

_____ *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difel, 1967 .

MALINOWSKI, Bronislaw K. - *Uma Teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro : Zahar, 1962.

MELLO FRANCO, A.A. - *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio Janeiro, MEC, SPHAN,1944.

MELLO E SOUZA, Antonio Cândido - *Os Parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.

MONBEIG, Pierre - *La Croissance de la Ville de São Paulo*. Grenoble, Allier, 1953.

MORSE, Richard - *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

MYRDAL, Gunnar - *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1960.

PARSONS, Talcott - *The Social System*. Londres, Tavistock Publications, 1952.

PORPHYRIOS, D. (editor) - *On the Methodology of Architectural History*. London, Architectural Design, 1981.

PRADO Jr., Caio - *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Brasiliense, várias edições

_____ - *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, v.e.

_____ - *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, v.e.

REIS FILHO, Nestor Goulart - *Algumas Raizes*. In: Szmrecsanyi, Maria Irene (editora) *O Estudo da História na Formação do Arquiteto* (ver abaixo), vol I, 1994, p. 40-44.

- _____ - *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1968
- _____ - *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 197
- _____ - *São Paulo e Outras Cidades*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- _____ - *Victor Dububras*. São Paulo, Fundação Bienal de São Paulo, 1997
- REDFIELD, Robert - *The primitive world and its transformations*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press 1953.
- _____ - *Cultura folk e a civilização*. São Paulo, Fau, 1971.
- ROSTOW, W. W - *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- SEGAWA, Hugo - *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo, EDUSP, 1997.
- SIMMEL, George - *Metropole e Vida Mental*. In: *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- SINGER, Paul - *Evolução Urbana e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1968
- SZMRECSANYI, Maria Irene - *A Contribuição de Caio Prado Jr. aos Estudos de Urbanização*.
In: D'INCAO, M. C. (org.) *História e Ideal*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____ - (editora) *O Estudo da História na Formação do Arquiteto*.
Anais de Seminário Nacional. *Pós, Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da F AUUSP*,
Número especial, vol. I 1994 , vol. II 1995.
- _____ - *A Escola de Sociologia Urbana de Chicago*. *Sinópses 11*, 1988. (São Paulo, USP, FAU).
- TÖNNIES, Ferdinand - *Communauté et société; catégories fondamentales de la sociologie pure*. Paris, Presses universitaires de France, 1944.
- VASCONCELLOS, Sylvio de - *Vila Rica : formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956.
- WEBER, Max - *Economia y Sociedad*. México, Fondo de Cultura, 1944

WIRTH, Louis - *Urbanismo como um Modo de Vida*. In : *O Fenômeno Urbano*. Rio Zahar,

ZENHA, Edmundo - *O Município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo, Progresso Editorial, 1948.

ZEVI, Bruno - *Saber ver a arquitetura*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.